ISSN 2237-258X

A IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO DO BRASIL

The implementation of audiodescription in Brazil

La implementación de la audiodescripción en Brasil

Reinaldo dos Santos[*]

Eliana Lúcia Ferreira[*]

Resumo

O texto organiza de forma especial, duas entrevistas com pioneiros e destacados profissionais de audiodescrição no Brasil. A audiodescrição foi inserida no Brasil no início dos anos 2000 e nos últimos vinte anos, se difundiu e foi reconhecida oficialmente. Na primeira parte do texto, os autores, como pesquisadores acadêmicos da audiodescrição, entrevistam Paulo Romeu, pessoa determinada e empenhada com as questões da inclusão social, e que, com sua coragem e impulsividade, teve uma participação efetiva na construção da Lei 10.098 (conhecida como lei da acessibilidade), que descreve o surgimento no Brasil da obrigatoriedade da audiodesrição como recurso de acessibilidade. A segunda parte do texto apresenta uma entrevista com Lívia Motta, uma das primeiras audiodescritoras do Brasil, com incessante atuação na utilização deste recurso de acessibilidade nos mais diferentes campos, como eventos oficiais, filmes, anúncios comerciais de televisão, peças teatrais, concertos, óperas, espetáculos de dança e de circo, shows, stand ups, musicais, eventos religiosos, casamentos, partos e outros. A entrevistada também é a formadora de muitos outros renomados audiodescritores brasileiros e, em sua entrevista, ela aponta as principais estratégias para o desenvolvimento prático deste recurso.

PALAVRAS-CHAVE: Audiodescrição. Audiodescrição no Brasil. Audiodescritor.

Abstract

The text organizes in a special way, two interviews with pioneers and distinguished audiodescription's professionals in Brazil. Audiodescription was introduced in Brazil in the early 2000s and in the last twenty years, it has spread and been officially recognized. In the first

[*] Professor Associado da Universidade Federal da Grande Dourados, docente do Mestrado e Doutorado em Educação, bem como em cursos de licenciatura e bacharelado da mesma Universidade. Coordenador do LETIC (Laboratório de Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação). Líder do GEPETIC (Grupo de Pesquisa em Tecnologia da Informação e Comunicação). Presidente do Conselho Gestor do NEEF (Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteira). Avaliador do MEC/INEP. E-mail: reinaldosantos@ufgd.edu.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4357-0655.

[*] Doutora em Educação Física pela UNICAMP. Pós-doutorado em Avaliação Educacional do Ensino, pela Universidade Nacional do Ensino a distância - UNED-Espanha, financiado pela Fundacion Carolina. Pós-doutorado em Linguística, com ênfase em Análise de discurso pela UNICAMP. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação Física da Faculdade de Educação Física e Desportos Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF). Líder do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF. Coordenadora cientifica da Asociación Latinoamaricana de Ciências del Deporte, Educación Física y Danza (ALCIDED). Representante do Brasil junto à International Association of Physical Education and Sport for Girls and Women (IAPESGW). Representante da América Latina na International Council of Sport Science and Phisycal Education (ICSSPE). E-mail: eliana.ferreira@ufjf.edu.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7978-8731.

part of the text, the authors, as academic researchers of audio description, interview Paulo Romeu, a person determined and committed to the issues of social inclusion, and who, with his courage and impulsiveness, had an effective participation in the construction of Law 10.098 (known as accessibility law), which describes the emergence in Brazil of mandatory audiodescription as an accessibility resource. The second part of the text presents an interview with Lívia Motta, one of the first audiodescriptors in Brazil, with incessant performance in the use of this accessibility resource in the most different fields, such as official events, films, advertisement in TV, theater, concerts, operas, dance and circus shows, stand ups, musicals, religious events, weddings, births and others. The interviewee is also the trainer of many other renowned Brazilian audiodescriptors and, in her interview, she points out the main strategies for the practical development of this resource.

KEYWORDS: Audiodescription. Audiodescription in Brazil. Audiodescriptor.

Resumen

El texto organiza de manera especial dos entrevistas con pioneros y distinguidos profesionales de audiodescripción en Brasil. La audiodescripción se introdujo en Brasil a principios de la década de 2000 y en los últimos veinte años, se ha extendido y ha sido reconocida oficialmente. En la primera parte del texto, los autores, como investigadores académicos en audiodescripción, entrevistan a Paulo Romeu, una persona decidida y comprometida con los temas de inclusión social, quien, con su coraje e impulsividad, tuvo una participación efectiva en la construcción de la Ley 10.098 (conocida como ley de accesibilidad), que describe la aparición en Brasil de la obligatoriedad de audiodescripción como un recurso de accesibilidad. La segunda parte del texto presenta una entrevista con Lívia Motta, una de las primeras audiodescriptoras en Brasil, con un rendimiento incesante en el uso de este recurso de accesibilidad en los campos más diferentes, como eventos oficiales, películas, comerciales de televisión, obras de teatro, conciertos, óperas, espectáculos de danza y circo, stand up, musicales, eventos religiosos, bodas, nacimientos y otros. La entrevistada también es la entrenadora de muchos otros audiodescriptores brasileños de renombre y, en su entrevista, señala las principales estrategias para el desarrollo práctico de este recurso.

PALABRAS CLAVE: Audiodescripción. Audiodescripción en Brasil. Audiodescriptor.

O Brasil está promovendo um avanço notável na adoção da Audiodescrição para as pessoas com deficiência visual. As entrevistas aqui apresentadas abordam numa perspectiva histórica as transformações sociais e profissionais pelas quais vem ocorrendo com a implantação deste recurso de acessibilidade.

Sabemos que as relações entre os indivíduos na sociedade obedecem a regras e princípios de convivência que legitimam o interesse comum ao longo da história. Como são diversos os interesses e necessidades existentes entre os diferentes indivíduos, a legitimação de um recurso de acessibilidade só pode ser conseguido em razão da identificação de interesse ou condições comuns de determinados grupos ou segmentos da população.

As relações entre os indivíduos na sociedade obedecem a regras e princípios de convivência que vem sendo aprimoradas ao longo da história. Estas relações são delineadas pelo jurídico. Como são diversos os interesses e necessidades existentes entre os diferentes indivíduos, este aprimoramento só pode ser conseguido em razão da identificação de interesse ou condições comuns a determinados grupos

Sendo assim, as entrevistas aqui apresentadas tem como objetivos apresentar a implantação e implementação da Audiodescrição no Brasil apresentando os avanços deste recurso e a importância para a sociedade.

Pretendemos com este trabalho: contribuir para a popularização deste recurso, e apresentar inovações significativas na utilização do mesmo.

ENTREVISTA COM PAULO ROMEU

*Sobre Paulo Romeu

Analista de sistemas, que aos 22 anos sofreu um acidente de carro e perdeu a visão, mas sempre exerceu sua profissão. Foi o articulador do movimento pela implementação da audiodescrição no Brasil e criador do primeiro Blog brasileiro para discutir a Audiodescrição como recurso de acessibilidade, além de ser uma das pessoas que mais atuou politicamente para a normatização deste recurso e desta profissão.

ENT – **O QUE É AUDIODESCRIÇÃO?**

PR – Audiodescrição é uma locução, por meio da qual uma pessoa descreve para quem não consegue ver a imagem, tudo aquilo que uma pessoa cega não consegue compreender. Então por exemplo num filme, vemos um exemplo clássico, no final do filme o mocinho e o bandido estão duelando, você ouve o barulho dos tiros só que você não sabe quem morreu, foi o bandido ou foi o mocinho? O intuito da Audiodescrição é exatamente esse, então essa locução, essa pessoa vai descrever pra quem não enxerga as imagens, aquelas informações que a gente não consegue conhecer pela falta da visão.

ENT – COMO VOCE VOCÊ CONHECEU A AUDIODESCRIÇÃO?

PR – Por volta de 2004 eu estava trabalhando num grupo da associação brasileira de normas técnicas, mais especificamente no comitê brasileiro de acessibilidade, para desenvolvimento de normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência. Eu fui coordenador de um grupo de trabalho que desenvolveu a NBR 15250, uma norma de acessibilidade para caixas eletrônicos bancários, e uma vez por mês nós tínhamos uma reunião no comitê com todos os grupos de trabalho. Daí eu descobri que um dos grupos estava desenvolvendo uma norma de acessibilidade na televisão. Em uma das reuniões esse grupo comentou sobre o recurso da Audiodescrição e foi assim que obtive as primeiras informações sobre este recurso para as pessoas com deficiência visual que se chamava Audiodescrição. Eu tomei um susto nunca tinha ouvido falar nisso e até naquele momento não conhecia ninguém que desenvolvia este recurso.

Depois daquela reunião comecei a perguntar pra outras pessoas cegas ,e ninguém nunca tinha ouvido falar nisso, ai que eu comecei a me interessar pelo assunto, comecei a pesquisar, descobri que desde a década de 80 já se falava, já se fazia Audiodescrição nos Estados Unidos, principalmente na Inglaterra na Alemanha e no Japão como um recurso de acessibilidade, mas até então no Brasil acredito que ninguém ainda tinha ouvido falar, e foi assim que eu descobri a Audiodescrição.

ENT – COMO SURGIU A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL?

PR – Como eu mencionei acima, no Comitê Brasileiro de Acessibilidade havia um grupo desenvolvendo uma norma de acessibilidade para televisão, mas a norma que estava sendo escrita, que estava sendo desenvolvida, falava especificamente em acessibilidade para as pessoas surdas, que é a legenda. Até hoje o principal recurso de acessibilidade da televisão é a legenda que contempla as pessoas surdas. Após um dos

membros deste grupo ter comentado comigo sobre a possibilidade da acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, eu então me interessei pelo recurso e partir daí, começamos a pesquisar sobre Audiodescrição. E então na norma que estávamos estudando e desenvolvendo acabou sendo publicada com alguns requisitos, ainda muito superficiais a respeito de Audiodescrição. Vale ressaltar que embora os requisitos da norma ainda eram insuficientes para a aplicação plena deste recurso na televisão, o certo é que esta norma tornou o recurso obrigatório. E um pouco tempo depois, inclusive com base nessa norma, foi publicada a lei 10.098, conhecida como lei da acessibilidade. Essa lei trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, de modo bastante amplo, pois aborda sobre a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, na Comunicação. E foi no decreto que regulamentou essa lei, que passou a falar especificamente em descrição de imagens. Observe que nessa época não se usou o termo Audiodescrição, mas foi assim que ela surgiu no Brasil, que ela se tornou obrigatória no Brasil.

ENT – COMO ESTÁ A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL?

PR – Bom, aí a gente tem que segmentar a resposta. No que diz respeito a televisão este recurso tem conquistado seu espaço, mesmo que devagarinho, mas vai indo, ah! A partir do decreto que regulamentou a lei da acessibilidade, o Ministério das Comunicações publicou uma portaria, dando um prazo de dez anos, para que as emissoras de televisão, incluam pelo menos 20 horas de programação por semana com o recurso da Audiodescrição

Já no teatro, hoje temos uma quantidade já bem razoável de audiodescritores, então está sendo frequente este recurso, principalmente nos grandes centros, como : São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Pará. Podemos afirmar que já se tem uma quantidade razoável de peças de teatro com Audiodescrição.

Em relação ao cinema, assim como o Ministério das Comunicações, regulamentou a questão da acessibilidade na televisão, o Ministério da Cultura e a ANCINE também regulamentaram, suas normativas e hoje todas as produções que são produzidas com recurso do governo, como por exemplo a Lei Rouanet, já é obrigatório que esses filmes contenham o recurso da Audiodescrição, ou seja, pra ter o financiamento para a produção de filme, o produtor do filme, tem que se comprometer que esse filme vai ser produzido com a Audiodescrição, com a legenda para surdos e com a interpretação na língua de sinais pra surdos.

Basicamente essas são as áreas que atualmente estão sendo "contempladas" com o recurso da Audiodescrição. Mas ainda existe muitas outras possibilidades, como por exemplo, num seminário, numa palestra ou em sala de aula. O aluno cego acaba perdendo muita informação. Por exemplo, eu ainda sou do tempo do quadro negro, mas imagine que um professor faz lá um desenho, um esquema, os alunos que enxergam estão entendendo o contexto, e os alunos cegos? Então esse professor precisa ter alguns conhecimentos de Audiodescrição pra explicar aquilo que ele pôs no quadro negro, para aquele aluno que não enxerga, e ficou alheio à situação. Nesse campo da *educação, as escolas e as universidades ainda estão muito aquém do necessário. Este recurso ainda é pouco difundido.*

ENT – COMO SE DEU A PROFISSÃO DE AUDIODESCRITOR ?

PR - Não é alguma coisa que qualquer um possa fazer. É necessário formação, experiência e prática. Atualmente já existe alguns cursos de Audiodescrição, mas na

maioria são cursos de curta duração sem muita vivência prática. O primeiro curso de capacitação a nível de pós graduação em Audiodescrição ocorrido no Brasil, foi desenvolvido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenado pela Professora Eliana Ferreira e Livia Motta, portanto já temos profissionais especializados nessa área. É importante também relatar que inclusive há alguns anos atrás também foi na Universidade Federal de Juiz de Fora, através do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, movimento e Ensino à distância – NGIME/UFJF – também coordenado pela pesquisadora estudiosa em inclusão a Professora Eliana Ferreira, foi promovido o segundo encontro Nacional de Audiodescrição, e foi neste evento que se discutiu exatamente, em que termos e como deveria ser incluído na classificação brasileira do Ministério do Trabalho a profissão de audiodescritor. E hoje a profissão de Audiodescritor já está incluída na CBO, portanto já é uma profissão reconhecida e formalizada.

ENT – COMO ESTÃO ORGANIZADAS AS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO?

PR - No evento realizado em Juiz de Fora no ano de 2012, foi discutido a necessidade da criação de uma Associação, mas naquela época não estávamos totalmente seguros de como deveríamos proceder. Recentemente, mais precisamente no ano passado, foi criada então a Associação Brasileia de Audiodescrição - ABAD Embora desde 2004 nos falamos no Brasil em Audiodescrição, mas só no ano passado, em 2017, com a criação da ABAD é que se instituiu uma entidade para coordenar e promover a maioria das ações que envolvem o recurso da Audiodescrição.

ENT – COMO SE EQUACIONA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE AUDIODESCRIÇÃO E A DEMANDA ATUAL?

PR – Primeiro vamos entender como o audiodescritor, aquela pessoa que prepara um roteiro da Audiodescrição, aquela pessoa que faz a locução desse roteiro da Audiodescrição. Mas também existe o consultor em Audiodescrição, que normalmente é uma pessoa com deficiência visual que faz uma revisão desse roteiro. Muitas pessoas pensam que fazer descrição de imagens para pessoas cegas é uma coisa muito simples, descrevendo o que se está enxergando e pronto, não é não! Existe muita técnica por trás disso, existem muitos conceitos, e é necessário, muita , muita experiência, muitos cursos e práticas.

ENT – O QUE VOCE ACHA RELEVANTE SOBRE ESTA TEMÁTICA QUE TODOS DEVERIAM SABER?

Esta semana mesmo terminou aqui em São Paulo o Festival Melhores Filmes de 2017 do CINE SESC, no qual uma parte dos filmes foram todos apresentados com Audiodescrição, ahh, várias, várias várias peças de teatro aqui em São Paulo também já contam pelo menos com algumas apresentações com Audiodescrição. Na questão do cinema, há vários audiodescritores e a ABAD tem atuado junto a ANCINE pra regulamentar a instrução normativa que tornou obrigatória a Audiodescrição no cinema. (Mas essa é uma questão que ainda está um pouco complicada, existem dificuldades técnicas que precisam ser resolvidas). Então nós pessoas com deficiência visual, estamos contactando os produtores de filmes, peças de teatro e outros solicitando que o recurso da Audiodescrição esteja mais disponível. E este trabalho tem sido realizado inúmeras vezes pela ABAD. Então basicamente a ABAD, os próprios audiodescritores,

as próprias pessoas cegas, vem pedindo, vem entrando em contato com os produtores de cinema, de teatro, insistindo para que eles disponibilizem e utilizem a Audiodescrição e isso tem dado muito resultado, tem surtido efeito, consequentemente muitos de nós com deficiência estamos podendo participar de forma efetiva nos eventos culturais. Se vocês entrarem hoje na internet e pesquisar lá "Audiodescrição" você encontrar uma quantidade enorme de eventos que tem acontecido

ENTREVISTA COM LIVIA MOTTA

***Lívia Maria Villela de Mello Motta** é audiodescritora e formadora de audiodescritores, doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC de São Paulo, com parte de seu doutoramento feito na Universidade de Birmingham, Reino Unido. Trabalha como audiodescritora e professora de cursos de audiodescrição desde 2005, tendo sido responsável pela exibição da primeira peça e da primeira ópera com audiodescrição no Brasil e desde então vem promovendo a acessibilidade comunicacional em filmes, peças teatrais, óperas, espetáculos de dança, shows, espetáculos de circo, *stand ups*, musicais, além de eventos religiosos, acadêmicos e sociais como casamentos e partos. Têm feito também a formação de professores para o uso da audiodescrição na escola como ferramenta pedagógica. Trabalhou como consultora do MEC/UNESCO e criou o site e blog: *VER COM PALAVRAS*, que tem como objetivos a divulgação da audiodescrição nos mais diversos contextos. Organizou junto com Paulo Romeu Filho o primeiro livro brasileiro sobre o tema: *AUDIODESCRIÇÃO: TRANSFORMANDO IMAGENS EM PALAVRAS* e lançou no mês de outubro de 2016, o livro: *AUDIODESCRIÇÃO NA ESCOLA: ABRINDO CAMINHOS PARA LEITURA DE MUNDO*, dirigido a professores, alunos de Curso de Pedagogia e outras licenciaturas, e audiodescritores em geral. Foi coordenadora pedagógica do 1º Curso Brasileiro de Especialização em Audiodescrição, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi uma das organizadoras do 3º Encontro (Inter)Nacional de Audiodescrição realizado em Recife em abril de 2017

ENT – O QUE É AUDIODESCRIÇÃO?

PR – A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional, que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora. É também considerada um tipo de tradução intersemiótica que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros.

O uso do recurso tem sido cada vez mais frequente em espetáculos (peças de teatro, musicais, espetáculos de dança, espetáculos de circo, shows, *stand ups,* óperas e outros), programas de televisão, exposições em museus, produtos audiovisuais, livros, publicações *online*, eventos sociais, principalmente nos grandes centros, sendo responsável por um movimento de inclusão cultural. Pessoas cegas e com baixa visão também podem ser consumidoras de cultura, desde que sejam respeitadas em seus direitos de acessibilidade comunicacional. Quem assiste a um espetáculo, evento, produto ou programa de TV com audiodescrição percebe como é bom ter acesso às

informações que as pessoas que enxergam têm, sente-se respeitado e incluído. Passa a reivindicar o recurso em outros produtos, programas, eventos ou espetáculos e a compor um novo público consumidor de cultura que tem acesso à arte, informação e cultura por meio das palavras.

ENT – COMO VOCE VOCÊ CONHECEU A AUDIODESCRIÇÃO?
PR – Comecei a trabalhar com pessoas com deficiência visual em 1999, ensinando inglês para alunos cegos e com baixa visão na Laramara, o que me levou a desenvolver o tema no programa de doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUC SP. O primeiro encontro com a audiodescrição, entretanto, foi em 2003, quando passei um semestre na Universidade de Birmingham, Reino Unido, durante meu doutorado. Ao visitar uma loja do *Royal National Institute of Blind People*, lá encontrei vários filmes, ainda em VHS, com *video description*, o que chamou muito minha atenção. Procurei materiais teóricos sobre o recurso e comecei a ler e a me informar a respeito. A identificação com o tema foi imediata, principalmente por já trabalhar com pessoas com deficiência visual e conhecer as dificuldades de acesso à informação e as barreiras comunicacionais.

Quando voltei, aqui no Brasil, já se começava a falar sobre audiodescrição, principalmente devido ao movimento feito por alguns cegos que, ao assistir a novela América, cujo *merchadising* social destacava a deficiência visual, começaram a reivindicar o recurso e escreveram uma carta aberta à Rede Globo.

O envolvimento e porque não dizer a paixão pela audiodescrição foi se instalando devagar. Uma das primeiras experiências muito marcantes foi quando ajudei a amiga Jucilene em um trabalho para a faculdade, no qual ela precisava assistir a um filme. Jucilene é cega e me pediu para assistir ao filme com ela. A identificação com a atividade foi imediata. Pesquisei, estudei, busquei mais e mais informações e, finalmente, comecei a preparar filmes com audiodescrição. A princípio para alguns amigos cegos que iam assisti-los em casa: Roger, Jucilene, Roseli. Depois, comecei a exibir alguns filmes em instituições. Na LARAMARA, onde trabalhei como voluntária por muitos anos, ensinando inglês, foram muitos os filmes exibidos com audiodescrição. Fazer roteiros, apresentar e escutar as impressões sobre o uso do recurso, tudo isso foi determinante para expandir e aprofundar teoria e prática.

Um pouco mais tarde, preparei um projeto de acessibilidade cultural para o Instituto Vivo, com a sobrinha Isabela. O primeiro curso de audiodescrição na Vivo, coordenado por Eduardo Valente que, tanto quanto eu, era entusiasmado pelo recurso, preparou audiodescritores para atuar como audiodescritores voluntários no Teatro Vivo. A Vivo com seu Programa Cultural Vivo Encena, certamente, muito contribuiu para a divulgação no recurso no Brasil. Desde a apresentação do *Santo e a Porca* de Ariano Sussuana, em 2006, até 2016, muitas foram as peças, filmes, documentários e óperas apresentados nos mais diversos cantos do Brasil e muitas foram as pessoas com deficiência visual que puderam alargar seus horizontes culturais assistindo aos espetáculos. Permaneci como coordenadora do programa Vivo Encena por 6 anos.

Quanto mais espetáculos assisto, visitas a museus faço, em sites navego, jornais e revistas leio, mais penso sobre a falta que o acesso ao mundo das imagens faz, sobre o

quanto a leitura das imagens estáticas ou dinâmicas pode contribuir para ampliar o entendimento sobre o assistido, visitado ou lido. São inúmeras as possibilidades de aplicação e as oportunidades de aprendizagem que a audiodescrição pode trazer, enriquecendo a vida cultural, alargando horizontes e abrindo janelas.

ENT – COMO SURGIU A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL E COMO ESTÁ A AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL?

PR – A audiodescrição foi pela primeira vez utilizada formalmente no Brasil em 2003 no Festival Assim Vivemos, festival internacional de filmes curta-metragem que trata do tema deficiência. Além da audiodescrição, todos os filmes contavam com legendas e interpretação em LIBRAS. Antes disso, em 1999, a audiodescritora Bell Machado já fazia a audiodescrição de filmes ao vivo, mais informalmente, para pessoas com deficiência visual no Ponto de Cultura em Campinas.

O primeiro filme, no circuito comercial, com audiodescrição foi "Irmãos de Fé", do Padre Marcelo, lançado em 2005.

A primeira peça comercial a contar com o recurso de audiodescrição foi "O Andaime", no Teatro Vivo, em março 2007 como resultado do trabalho realizado por mim no Instituto Vivo. O Teatro Vivo foi o primeiro teatro brasileiro com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual (audiodescrição, programas em braille e ampliados), pessoas com deficiência física, pessoas obesas e pessoas com deficiência auditiva e surdos (espetáculos em LIBRAS e legendas), com apresentações com acessibilidade todos os domingos.

Também fui responsável pela exibição da primeira ópera brasileira com audiodescrição: *Sansão e Dalila*, apresentada no Teatro Amazonas, em abril de 2009; a primeira ópera em São Paulo: *Cavalleria Rusticana*, apresentada no Theatro São Pedro em agosto de 2009, ações do Programa Vivo Encena.

E muitos outros primeiros foram surgindo no histórico da audiodescrição no Brasil: o primeiro livro brasileiro com audiodescrição, publicado em 2010 pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, organizado por mim e por Paulo Romeu Filho; o primeiro Curso de Especialização em Audiodescrição realizado pelo Universidade Federal de Juiz de Fora, em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, coordenado por mim e pela prof. Dra. Eliana Ferreira.

Os encontros: o 1º Encontro Nacional de Audiodescritores: Traduzindo Imagens em Palavras foi realizado nos dias 23 e 24 de outubro de 2008 na Estação Pinacoteca, em São Paulo, organizado por Paulo Romeu Filho e Lívia Motta, com coordenação de Flávia Maria de Paiva Vidal, realização da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo e patrocínio do Instituto VIVO. O 2º ENCONTRO NACIONAL DE AUDIODESCRIÇÃO foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2012 na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, coordenado por Prof. Dra. Eliana Lúcia Ferreira, Prof. Dra. Lívia Maria Villela de Mello Motta e Paulo Romeu Filho. O 3º Encontro (Inter) Nacional de Audiodescrição**:** *o audiodescritor e as demandas do mercado de trabalho,* foi realizado de 26 a 29 de abril, no Porto Mídia,

localizado no bairro do Recife Antigo, na cidade do Recife (PE), coordenado por Lívia Motta e Liliana Tavares. A ABAD, Associação Brasileira de Audiodescrição foi criada no último encontro em Recife.
Na televisão, a audiodescrição começou a ser implementada em julho de 2011, depois de grandes embates entre pessoas com deficiência visual e audiodescritores de um lado, radiodifusores e Ministério das Comunicações do outro. De duas horas diárias, como era previsto por lei para ser implementado em 2008, chegando a 100% da programação televisiva em 10 anos, a carga horária de programação audiodescrita foi drasticamente reduzida para insignificantes 2 horas semanais a partir de julho de 2011, ampliada para 4 horas semanais em julho de 2013 e para 6 horas em julho de 2015.

Quase 10 anos já se passaram desde a implementação da audiodescrição na televisão brasileira, entretanto nesta área ainda o avanço é tímido. Pouco é divulgado a respeito, muitas pessoas com deficiência visual ainda não têm acesso ao recurso na televisão. Além de ser uma carga pequena e pouco representativa, as emissoras não divulgam quais são os programas que têm audiodescrição em sua grade de programação, algumas nem chegam a cumprir a carga exigida por lei, não investem em qualidade, desconhecem o tamanho e o perfil do público alvo, suas preferências e o que pensam do que assistem com acessibilidade. Ou seja, não estão nem um pouco interessadas neste espectador. Esquecem que o público com deficiência assim como o público sem deficiência é consumidor de cultura e informação, e tem o direito de acesso que precisa ser respeitado. A televisão, o maior veículo de comunicação, entretenimento e informação do povo brasileiro, infelizmente, ainda não consegue atingir seus telespectadores com algum tipo de deficiência e principalmente os telespectadores com deficiência visual. Que pena!!! No Brasil, quase 25% da população tem algum tipo de deficiência, de acordo com o último censo.

Os espaços culturais, os produtores de espetáculos e produtos audiovisuais, incentivados por políticas públicas de acessibilidade, têm começado a perceber o tamanho e a importância desse novo público consumidor de cultura que precisa de recursos comunicacionais para ter acesso à arte tais como audiodescrição, interpretação em LIBRAS e legendas. Não dá mais para conceber um espetáculo, um produto audiovisual ou uma exposição sem levar em consideração o acesso de todos os públicos. Os recursos de acessibilidade arquitetônica e comunicacional utilizados em uma exposição para pessoas com deficiência, como maquetes táteis, audioguias com audiodescrição, piso tátil, placas em dupla leitura, pranchas em relevo e outros chamam também a atenção do público em geral e valorizam o espaço. Além disso, é preciso destacar a necessidade de preparar funcionários, atendentes, monitores e educadores para o atendimento a pessoas com deficiência, priorizando as informações sobre os recursos de acessibilidade.

O aumento de público com deficiência que vem frequentando os espaços culturais é visível. Sentem-se respeitados em seus direitos de acesso à informação e à cultura, passam a ter independência e autonomia para frequentar esses espaços em igualdade de condições.
Também os cinemas terão que se preparar para exibição de filmes com acessibilidade. De acordo com a Instrução Normativa 128/2016, todas as salas terão até dois anos para fazer as adaptações necessárias para oferecer legendagem, legendagem descritiva,

audiodescrição e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Embora já tenha sido adiada a implementação, será um grande avanço para a acessibilidade.

ENT – COMO SE DEU A PROFISSÃO DE AUDIODESCRITOR ?
PR – Tem crescido a procura por cursos de audiodescrição, principalmente devido às novas políticas públicas de acessibilidade. Produtores de espetáculos e produtos audiovisuais têm começado a perceber o tamanho e a importância desse novo público consumidor de cultura que precisa de recursos comunicacionais para ter acesso à arte tais como audiodescrição, interpretação em LIBRAS e legendas. Não dá mais para conceber um espetáculo, um produto audiovisual ou uma exposição sem levar em consideração o acesso de todos os públicos. Então, há uma necessidade de aprender sobre os recursos, daí o interesse maior pelos cursos.

A profissão de audiodescritor já foi incluída na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, na mesma família de tradutores, intérpretes de língua de sinais, filólogos e linguistas. Esta foi uma primeira etapa para a regulamentação da profissão. O Projeto de Lei nº 5.156 de 2013 para regulamentação do exercício da profissão está tramitando no Congresso Nacional, e esperamos que seja aprovado em breve.

Até aqui, os cursos de formação de audiodescritores têm sido no formato de extensão universitária ou cursos livres, com carga horária de até 50 ou 60 horas, o que não é suficiente para a preparação de um profissional. Coordenei o primeiro Curso de Especialização em Audiodescrição, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, junto com a prof. Dra. Eliana Ferreira, em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Formamos 33 profissionais que atuam hoje em diversas regiões brasileiras. Está em andamento hoje outro curso de especialização na Universidade Estadual do Ceará.

ENT – COMO ESTÃO ORGANIZADAS AS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO?
PR – A discussão sobre o conceito de acessibilidade e sobre os recursos de acessibilidade comunicacional vem se ampliando ultimamente. Dentre esses recursos, a audiodescrição é o mais novo. No eixo Rio-São Paulo, principalmente, e em algumas cidades como Recife, Porto Alegre, os produtos audiovisuais e espetáculos, incentivados por políticas públicas de acessibilidade, têm sido apresentados com mais frequência. Começamos a perceber o tamanho e a importância desse novo público consumidor de cultura que precisa de recursos comunicacionais para ter acesso à arte. O público com deficiência que passa a frequentar cinemas, teatros e espaços culturais, anteriormente pouco visitados, é perceptível e cresce a cada dia. Quem assiste uma vez, quer mais. As pessoas sentem-se respeitadas em seus direitos de acesso à informação e à cultura, passam a ter mais independência e autonomia para frequentar os cinemas e outros espaços culturais em igualdade de condições.

Por outro lado, sabemos que muitas pessoas com deficiência visual, muitos produtores culturais, diretores e distribuidores ainda desconhecem ou pouco sabem sobre o recurso, o que aponta para a necessidade de maior divulgação e circulação da informação.

Vários cuidados têm que ser tomados na implementação da audiodescrição seja em um teatro, museu ou cinema. Não é apenas oferecer o serviço ou seja preparar o roteiro de audiodescrição, fazer a revisão e "entregar" fazendo a narração. É muito mais do que isso. É preocupar-se com a divulgação, a preparação de convites acessíveis, com o fazer chegar a informação até o público alvo. É saber como esse público chega ao local, quais são os meios possíveis de transporte, linhas de ônibus, estações de metrô. É interagir com esse público, conhecer suas preferências, a apreciação que fazem do serviço.

Ainda ouço audiodescritores reclamando sobre o número de pessoas com deficiência visual presentes neste ou naquele espetáculo, neste ou naquele filme. Enfatizo a necessidade do envolvimento dos profissionais da audiodescrição na divulgação. É sim importante fazer circular a informação, fazer com que chegue até o público alvo e até outros públicos que também possam se beneficiar do recurso. Ainda é cedo, prematuro, transferir essa etapa para os produtores e distribuidores ou para o espaço cultural. Temos sim que interferir nesse processo ou corremos o risco de morrer na praia.

Se produtores, distribuidores, e espaços culturais não puderem perceber que esse público existe, que é numeroso e carente de produtos visuais acessíveis, corremos o risco de estagnação do trabalho e pouco uso do recurso. Portanto as estratégias de divulgação precisam ser desenvolvidas e implementadas.

Acho importante ressaltar que os eventos acessíveis sejam eles espetáculos ou produtos audiovisuais não precisam necessariamente ser gratuitos para contar com a frequência e ampliação desse público que já conta com o benefício da meia entrada. Entretanto sabemos que muitas produções têm convites para distribuição. Isso é importante e pode colaborar para atrair mais pessoas, para a fidelização do público.

ENT – COMO SE EQUACIONA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE AUDIODESCRIÇÃO E A DEMANDA ATUAL?
PR – Penso que as universidades precisam incluir nas grades curriculares dos cursos de graduação uma disciplina que trate dos recursos de acessibilidade, que discuta a audiodescrição. Desta forma, os alunos se formarão profissionais com conhecimento sobre acessibilidade voltado para sua área de atuação o que muito poderá colaborar para a expansão de práticas mais inclusivas. Além disso, seria importante que fossem abertos cursos de especialização em mais universidades de forma a atender um número maior de pessoas interessadas no recurso. A audiodescrição exige uma formação consistente devido à sua complexidade, às inúmeras possibilidades de aplicação.

ENT – QUAIS **SÃO AS POLITICAS PÚBLICAS PARA A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIODESCRIÇÃO? COMO ESTAS POLITICAS PÚBLICAS INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO DA AUDIODESCRIÇÃO?**
PR – As políticas públicas têm sido muito importantes para o avanço da audiodescrição no Brasil. Cito abaixo algumas que alavancaram a produção da audiodescrição em filmes, peças de teatro e publicações, por exemplo.

A Instrução Normativa nº 116, de 18 de dezembro de 2014, da ANCINE, que dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a

serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE:

Art. 1º. *Todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE deverão contemplar nos seus orçamentos serviços de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.*

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) aponta que as pessoas com deficiência têm direito à cultura, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo garantido o acesso aos bens culturais em formatos acessíveis.

A Instrução Normativa 128/2016, da Agência Nacional do Cinema (Ancine), obriga os cinemas a adaptarem os conteúdos dos filmes em formato de audiodescrição, *closed caption* (legenda) e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) pessoas com deficiência visual, auditiva e surdos. Já houve no final de 2017 um adiamento para a implementação dos recursos nas salas de cinema, principalmente porque ainda não está resolvida a forma como serão transmitidos os recursos de acessibilidade.

Também os projetos culturais patrocinados ou fomentados, direta ou indiretamente, com verba pública estadual, devem ser acessíveis às pessoas com deficiência visual. A lei estadual n°18.844/2016 prevê que todas as obras de fotografia, pintura, escultura, design, desenho, caricatura e artes plásticas deverão ter uma versão com audiodescrição no local da exposição, o qual deverá dispor de algum dispositivo tecnológico que permita o acesso a essa ferramenta. Obras de cinema, vídeo, séries de TV e congêneres devem conter opção de áudio na forma de audiodescrição e as peças de teatro, dança e circo devem oferecer um audiodescritor e estrutura tecnológica que permita o acesso a essa tecnologia. As obras literárias e publicações impressas deverão ter, no mínimo, 1% de sua tiragem em braile, com, no mínimo, um exemplar.

Em São Paulo, a Secretaria da Pessoa com Deficiência do Estado em parceria com Secretaria de Cultura, desde 2013, vem incentivando a adoção de recursos de acessibilidade em produtos culturais nos teatros estaduais, por meio de programas de fomento, o que certamente teve uma influência no aumento da oferta de programação com audiodescrição.

ENT – QUEM PODE SER UM AUDIODESCRITOR? QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PRÉ-REQUISITOS PARA SER UM AUDIODESCRITOR?

PR – Para exercer as funções de roteirista, narrador ou consultor em audiodescrição, os alunos devem ter preferencialmente graduação nas seguintes áreas: Tradução, Letras, Rádio e TV, Comunicação, Cinema, Locução, Fonoaudiologia, Dublagem e Artes Cênicas.

O audiodescritor roteirista precisará ter conhecimento sobre normas, princípios, histórico e produção da audiodescrição; conhecimento sobre elaboração de roteiros; conhecimento sobre o público alvo; bom conhecimento do léxico; intimidade com a elaboração de textos e técnicas de sumarização; bom senso de observação; conhecimento e pesquisa sobre a obra/evento/espetáculo a ser audiodescrito; conhecimento sobre linguagem cinematográfica e teatral; construção de repertórios

linguísticos; cultura geral; capacidade para trabalhar em grupo; conhecimento sobre equipamentos e técnicas de gravação e edição.

O audiodescritor narrador precisará ter conhecimento sobre normas, princípios, histórico e produção da audiodescrição; conhecimento sobre elaboração de roteiros; bom conhecimento do léxico; conhecimento sobre o público alvo; bom senso de observação; impostação vocal, clareza, entonação e adequação da voz com o gênero de espetáculo/evento ou produto; conhecimento sobre a obra/evento/ espetáculo a ser audiodescrito para a familiarização, a construção da intimidade com os personagens e texto e, consequentemente, para o melhor desempenho de suas tarefas; capacidade para trabalhar em grupo; conhecimento sobre equipamentos e técnicas de gravação e edição.
O audiodescritor consultor é uma pessoa com deficiência visual que precisa ter conhecimento sobre normas, princípios, histórico e produção da audiodescrição; bom conhecimento do léxico; conhecimento sobre elaboração de roteiros; conhecimento sobre linguagem teatral e cinematográfica; bom senso de observação; cultura geral; capacidade para trabalhar em grupo; conhecimento sobre equipamentos e técnicas de gravação e edição.

ENT – PARA *ALGUÉM QUE PRECISA DE UM AUDIODESCRITOR O QUE É NECESSÁRIO OBSERVAR PARA QUE O SERVIÇO SEJA ATENDIDO A CONTENTO?*
PR – Para quem contrata o serviço de audiodescrição é necessário observar os seguintes procedimentos pré evento: visita técnica ao local onde será realizada a audiodescrição para verificação do lugar e outras especificidades da instalação; a elaboração de convite acessível para divulgação; o envolvimento da empresa na divulgação do evento para o público alvo; a elaboração do roteiro para o espetáculo ou produto audiovisual. Durante o evento, é necessário observar as pessoas que compõem o receptivo para conduzir as pessoas com deficiência até o local de retirada dos equipamentos, em seguida até a plateia; assistir ao evento, espetáculo ou produto audiovisual com audiodescrição para poder avaliar a qualidade do serviço. Depois do evento, seria interessante conversar com algumas pessoas que assistiram ao espetáculo ou produto audiovisual com audiodescrição, para saber o que sentiram e sua apreciação.

ENT – O **QUE VOCE ACHA RELEVANTE SOBRE ESTA TEMÁTICA QUE TODOS DEVERIAM SABER?**
PR – Penso que as informações sobre os benefícios da audiodescrição para as pessoas com deficiência visual assim como para outros públicos precisam ser mais conhecidas da grande maioria para que comecem a dar o devido valor ao recurso. Destaco outro aspecto fundamental que a formação do audiodescritor. Não basta fazer um curso de curta duração, é necessário aprofundar os conhecimentos devido à complexidade do recurso e às múltiplas possibilidades de aplicação. Que pais e professores possam levar seus filhos e alunos a eventos acessíveis, pois a arte é alimento para a mente e espírito, alegra, faz pensar, desenvolve o senso crítico e abre diferentes perspectivas para a vida...

REFERÊNCIAS

Site: www.vercompalavras.com.br

Blog: www.vercompalavras.com.br/blog
Facebook: https://www.facebook.com/vercompalavras/
Fotos de espetáculos:
https://www.facebook.com/pg/vercompalavras/photos/?tab=album&album_id=1926287037446188
VER COM PALAVRAS VAI À ÓPERA: LA TRAVIATA:
https://www.youtube.com/watch?v=HGlfiYvdC7Q
MANHÃ DE AFETO: https://www.youtube.com/watch?v=vb7QRybVlLM
CONCERTOS ACESSÍVEIS COM A OSESP NA SALA SÃO PAULO:
https://www.youtube.com/watch?v=L_2GPJlaH2o&t=7s

Recebido em: 08/10/2019
Aprovado em: 05/12/2019